



Curso Básico de Letramento racial

Modalidade EAD - Carga horária: 24 horas

Produzido por IA com
revisão de Luiz Herculano de Souza Guilherme e Jesué Graciliano da Silva

APRESENTAÇÃO

O curso é voltado para estudantes, professores e servidores técnico-administrativos de instituições de ensino, pesquisa e extensão e pretende promover o desenvolvimento de competências críticas e antirracistas.

A abordagem incorpora **vídeos, leituras em PDF, debates e reflexões** individuais e coletivas.

Os conceitos utilizados baseiam-se em pesquisas de estudiosos como France Winddance Twine e Lia Vainer Schucman, que definem o letramento racial como um conjunto de práticas pedagógicas e culturais destinadas a **reeducar o olhar social** para que seja possível responder às tensões raciais e desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas nas relações entre brancos e negros. Fonte: em.com.br/fundacaotelefonicavivo.org.br.

PROGRAMA

Módulo	CH	Eixos principais (frases breves)
1 – Fundamentos e contextos	8 h	Definição de letramento racial, história do racismo, leis brasileiras; reconhecer a branquitude e perceber o racismo como fenômeno presente
2 – Linguagem, cultura e educação	8 h	Análise da linguagem, mídia e currículo; identificação de estereótipos; apropriação da gramática racial e suas implicações para crianças e adultos
3 – Práticas antirracistas e gestão institucional	8 h	Construção de políticas e ações institucionais; desenvolvimento de planos de ação; formação de redes e protocolos para enfrentamento de racismo nas escolas e ambientes de trabalho

OBJETIVO

Promover **letramento racial** como processo de reeducação, permitindo que participantes compreendam o racismo como fenômeno histórico e atual e desenvolvam competências para **construir ambientes escolares e administrativos antirracistas**. Essa formação responde ao “reconhecimento da branquitude”, à percepção de que o racismo não é apenas herança histórica, à compreensão de que identidades raciais são aprendidas e que é necessário apropriar-se de uma **gramática racial** capaz de interpretar códigos e práticas racializadas

METODOLOGIA

O curso utiliza aulas expositivas mediadas por vídeos e slides, discussões em fóruns, análise de legislações e reportagens, dinâmicas de casos e um projeto final.

Cada módulo contém leituras complementares, como a reportagem do *Estado de Minas* sobre a criação do letramento racial e seus cinco fundamentos; a notícia da Fundação Telefônica Vivo que explica o letramento racial como ponto de partida para uma educação antirracista; e o artigo do *Centro de Referências em Educação Integral* que ressalta a necessidade de desconstruir práticas naturalizadas e de atuação coletiva.

Sugere-se o uso de vídeos didáticos (por exemplo, “*O que é letramento racial?*” do Instituto Claro e “*Letramento racial e educação antirracista*” disponível no YouTube) e cartilhas ou manuais (como a *Cartilha de Letramento Racial* da Defensoria Pública do RS e a *Cartilha Antirracista* do Ministério Público do PA) como material de apoio. As discussões são orientadas para que cada público (estudantes, docentes, técnicos) possa relacionar o conteúdo com sua realidade institucional.

AVALIAÇÃO

A avaliação combina participação em fóruns, entrega de um plano de ação antirracista (descrito no final do módulo 3) e **10 questões objetivas ao final de cada módulo**. Cada conjunto de questões serve para revisar conceitos, leis e práticas estudados no respectivo módulo.

Módulo 1 – Contextos (8 h)



O primeiro módulo do curso dedica-se aos **fundamentos históricos e conceituais** do letramento racial. Começamos explicando de onde vem o termo: em 2003, a socióloga afro-americana France Winddance Twine cunhou “racial literacy” para designar um conjunto de práticas que permitissem às pessoas ler e responder às tensões raciais de

modo crítico. No Brasil, a psicóloga e pesquisadora Lia Vainer Schucman traduziu a expressão e a inseriu no debate acadêmico. Ambas defendem que o letramento racial é uma série de estratégias educativas destinadas a **desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas nas relações entre brancos e negros**

Essa perspectiva desloca o conceito de letramento do campo exclusivamente linguístico para a esfera social. Letrar-se racialmente significa **aprender a perceber o racismo como estrutura histórica e atual**, reconhecer privilégios associados à branquitude, compreender que identidades raciais são socialmente aprendidas e apropriar-se de uma gramática e um vocabulário que permitam interpretar práticas racializadas

Cada uma dessas dimensões será trabalhada no módulo por meio de análises históricas, reflexões pessoais, estudos de caso e leituras críticas.

O que é o letramento racial?

A reportagem do *Estado de Minas* sintetiza bem o conceito ao lembrar que ele foi criado para responder individualmente às tensões raciais e, ao lado de respostas coletivas como cotas e políticas públicas, **busca reeducar as pessoas sob uma perspectiva antirracista.**

Essa reeducação implica reconhecer que o racismo não acabou com o fim da escravidão e que suas manifestações se reinventam nos discursos, nas instituições e na vida cotidiana. Por isso, educadores e ativistas chamam a atenção para a necessidade de estudar a história do racismo, compreender o processo de construção do mito da democracia racial e identificar as sutis formas de discriminação — as chamadas microagressões.

Ao discutir o letramento racial, enfatiza-se também a importância do **reconhecimento da branquitude** como categoria social. Muitas vezes, a identidade branca é tratada como padrão universal e torna-se invisível; reconhecer a branquitude é olhar para os privilégios e as vantagens invisíveis que acompanham essa identidade e que estruturam relações de poder.

Como explica a educadora Janine Rodrigues, citada no *Estado de Minas*, o letramento racial “vai nos ajudar a desconstruir formas racistas de pensar, porque o Brasil foi letrado a partir de um conceito, uma história e uma prática racista”

Destruir esses padrões requer um olhar crítico para a nossa formação social e para a maneira como as instituições perpetuam desigualdades.

Racismo como estrutura e história

Não se pode compreender o letramento racial sem estudar o **racismo estrutural**. O artigo do Centro de Referências em Educação Integral afirma que toda discussão pedagógica está atravessada pela questão racial e que “o racismo é estruturante; aprofundar qualquer reflexão sobre os fazeres pedagógicos demanda letramento racial”

Essa estruturação remonta ao período colonial, quando foram estabelecidas hierarquias entre europeus, indígenas e africanos. A escravidão prolongada no Brasil, seguida de uma abolição sem reparações, criou legados de exclusão que se manifestam até hoje nas estatísticas de renda, educação e violência.

O módulo dedica um tempo à **linha do tempo jurídica e política**. A Constituição de 1988 passou a reconhecer a discriminação racial como crime, e a Lei Caó de 1989 especificou o racismo como crime inafiançável. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi atualizada para incluir o debate étnico-racial na educação básica. Em 2003, a Lei 10.639 tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos de Ensino Fundamental e Médio; essa lei foi ampliada em

2008 com a Lei 11.645, que incluiu a história e cultura indígena.

Esses marcos legais mostram que o Estado reconhece a importância de uma formação antirracista; cabe às instituições implementá-los de forma efetiva.

Identidades raciais são aprendidas

Uma das descobertas mais transformadoras para os participantes é perceber que **as identidades raciais são construídas socialmente**. Isso significa que não existe essência racial biológica; as categorias “branco”, “preto”, “pardo” e “indígena” são definidas historicamente e carregam significados políticos. Aprender esse fato permite questionar narrativas deterministas e abrir espaço para redefinir identidades de forma mais plural. O letramento racial ensina a olhar

para as sutilezas de poder contidas em expressões como “gente de cor”, “morena”, “mulata” ou “cabelo ruim” e a substituí-las por termos que afirmem as identidades negras e indígenas com dignidade.

Gramática e vocabulário racial

Ao apropriar-se de uma **gramática racial**, aprendemos a nomear e interpretar práticas racializadas. Isso envolve conhecer conceitos como racismo estrutural, racismo institucional, discriminação, colorismo, branquitude e interseccionalidade; compreender o impacto de microagressões; e desenvolver um vocabulário que possibilite argumentar contra discursos racistas. Como lembra o *Estado de Minas*, essa capacidade de interpretar códigos e práticas racializadas constitui um dos cinco fundamentos do letramento racial

Interpretação de múltiplas perspectivas

O módulo também busca **ampliar a visão de mundo** dos participantes. Para tanto, apresenta diferentes perspectivas sobre o racismo, desde abordagens históricas até visões sociológicas, psicológicas e filosóficas. Alguns autores enfatizam que o racismo se expressa abertamente na violência física; outros analisam seu caráter simbólico e discursivo. A partir de depoimentos de educadores, como o professor Eduardo de Assis Duarte, discute-se a responsabilidade de reconhecer a desigualdade e combater o mito da democracia racial

Ao mesmo tempo, são apresentadas iniciativas de empresas e organizações que tentam avançar, como no caso da Arcos Dorados, que certificou milhares de funcionários em letramento racial e divulgou dados de contratação e promoção de pessoas negras

Tais experiências demonstram avanços e desafios e evidenciam que diferentes setores da sociedade podem assumir a luta antirracista.

Atividades do módulo

Os participantes assistirão a vídeos curtos (entre eles o do Instituto Claro explicando o letramento racial) e lerão materiais complementares, como cartilhas antirracistas e a reportagem da Fundação Telefônica Vivo que define o letramento racial como **ponto de partida para uma educação antirracista**

Serão convidados a pesquisar a história da própria família e a refletir sobre como o racismo pode ter influenciado trajetórias de vida, explorando a interseção entre raça, classe e gênero. Um fórum virtual discutirá experiências vividas e estratégias de enfrentamento.

Finalmente, os alunos responderão ao questionário objetivo proposto no plano de ensino e escreverão uma pequena reflexão sobre o que aprenderam, preparando-se para avançar no módulo seguinte.

Conclusão

Este módulo inaugural não pretende esgotar o tema do letramento racial, mas **fornecer ferramentas conceituais e históricas** que permitam a cada participante iniciar ou aprofundar sua jornada antirracista. Entender que o racismo é um sistema, que as identidades raciais são construídas e que existe uma gramática para interpretar práticas racializadas torna-se o alicerce sobre o qual os próximos módulos se apoiarão. Ao final, espera-se que estudantes, professores e administrativos percebam que se trata de um processo contínuo de aprendizagem e de transformação pessoal e institucional. A partir dessa base, as discussões sobre linguagem, cultura e gestão antirracista (módulos 2 e 3) poderão ser conduzidas com maior profundidade e abertura ao diálogo.

AVALIAÇÃO DO MÓDULO 1

CLIQUE PARA ABRIR O FORMULÁRIO ELETRÔNICO PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO 1 -OBRIGATÓRIA PARA RECEBIMENTO DO CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

- 1. Quem cunhou o termo “letramento racial” em 2003?**
 - A) Angela Davis
 - B) France Winddance Twine
 - C) Lia Vainer Schucman
 - D) Luís Gama

- 2. Segundo Lia Vainer Schucman, qual é a finalidade do letramento racial?**
 - A) Ensinar gramática normativa
 - B) Avaliar desempenho escolar
 - C) Desconstruir formas naturalizadas de pensar e agir sobre as relações raciais
 - D) Criar um currículo exclusivo para negros

- 3. Qual lei tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas?**
 - A) Lei Caó
 - B) Constituição de 1988
 - C) Lei 10.639/03
 - D) Lei 12.711/12

- 4. Um dos fundamentos do letramento racial consiste em reconhecer a branquitude. O que isso significa?**
 - A) Valorizar exclusivamente a cultura branca
 - B) Reconhecer privilégios associados à posição racial branca na sociedade
 - C) Substituir professores brancos por professores negros
 - D) Proibir expressões culturais europeias

- 5. A atualização de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) teve qual importância para as relações étnico-raciais?**

- A) Instituiu cotas raciais
- B) Criminalizou o racismo
- C) Incorporou o debate étnico-racial no ensino básico
- D) Acabou com a segregação nas escolas

6. Por que o racismo é considerado estrutural?

- A) Porque ocorre apenas nos centros urbanos
- B) Porque se limita a atitudes individuais
- C) Porque está integrado às instituições sociais e às formas de pensar
- D) Porque é uma tradição folclórica

7. O mito da democracia racial sustenta que:

- A) Não existem desigualdades raciais no Brasil
- B) O racismo é apenas um fenômeno importado
- C) A desigualdade racial é fruto do mérito individual
- D) As relações raciais estão resolvidas graças às leis

8. Por que é importante compreender que identidades raciais são aprendidas?

- A) Para reforçar estereótipos
- B) Para mostrar que categorias raciais são biológicas
- C) Para entender que as identidades são construídas socialmente e podem ser transformadas
- D) Para justificar hierarquias raciais

9. A Lei 11.645/08 ampliou a Lei 10.639/03 ao incluir:

- A) Temas de gênero
- B) História e cultura indígena
- C) Cursos de inglês obrigatório
- D) Educação financeira

10. A “gramática racial” mencionada nos fundamentos do letramento racial refere-se a:

- A) Uma regra gramatical específica para línguas africanas
- B) Um vocabulário e códigos para interpretar práticas racializadas
- C) Um livro didático de português
- D) Um manual de pronúncia correta

2 – Linguagem e cultura (8 h)



O segundo módulo do curso aprofunda a relação entre **linguagem, cultura e educação** no contexto do letramento racial. Enquanto o módulo anterior estabeleceu os fundamentos históricos e conceituais, esta etapa convida os

participantes a analisar como a língua e as representações culturais podem reproduzir ou transformar o racismo. O objetivo é capacitar estudantes, professores e servidores a identificar discursos discriminatórios, reescrever narrativas e elaborar currículos antirracistas.

A linguagem como veículo do racismo

Juarez Tadeu de Paula Xavier, citado em reportagem da Fundação Telefônica Vivo, lembra que **“através da linguagem, você replica esse processo estrutural e reforça a superioridade de um grupo em detrimento de outro”**. Essa afirmação evidencia que palavras não são neutras: elas carregam ideologias, valores e hierarquias. Quando usamos expressões que inferiorizam grupos raciais ou perpetuam estereótipos, contribuimos para a naturalização do racismo. O letramento

racial, portanto, exige uma análise crítica da linguagem cotidiana: de apelidos “inocentes” a piadas e ditados populares que desumanizam pessoas negras e indígenas. O módulo incentiva a substituição de termos pejorativos por vocabulários que afirmem identidades com respeito e reconhecimento.

Essa reflexão inclui o exame de microagressões verbais, isto é, **comentários ou comportamentos sutis que reforçam discriminações** sem necessariamente envolver violência explícita. Perguntas como “De onde você realmente é?” ou elogios como “Você é bonita para uma pessoa negra” carregam pressupostos racistas. Reconhecer e corrigir essas situações é parte da gramática racial mencionada no módulo 1.

Cultura e representatividade

A cultura é outro campo de disputa simbólica. Durante séculos, a história oficial do Brasil exaltou a herança europeia e invisibilizou contribuições de povos africanos e indígenas. Esse apagamento se reproduz em livros didáticos, filmes, novelas, propagandas e na própria organização das escolas. O módulo examina exemplos de representações racistas em materiais didáticos e na mídia, mostrando como elas afetam a autoestima e a construção identitária de crianças e jovens. A matéria da Fundação Telefônica Vivo alerta para o perigo de paredes de escolas decoradas somente com desenhos de crianças brancas – um tipo de letramento que **reforça estereótipos e impacta a autoestima** das crianças negras.

Por outro lado, o módulo apresenta obras literárias, músicas e filmes que valorizam narrativas negras e indígenas, como textos de

Conceição Evaristo, cordéis africanos, o filme “*AmarElo: É Tudo para Ontem*” e documentários como “*A Cor do Brasil*”. A leitura dessas obras ajuda a ampliar o repertório cultural e a construir uma identidade plural.

Outro aspecto relevante é a **representatividade na própria produção de conhecimento**. A pesquisa apresentada pelo Centro de Referências em Educação Integral enfatiza que o material de letramento racial valoriza a autonomia da escola e a identidade do território, vendo o professor como um **intelectual transformador** que, em coletivo, pensa como modelar o currículo para se anunciar antirracista.

Isso significa que educadores não podem ser meros replicadores de conteúdos prontos;

devem produzir e adaptar materiais que reflitam a diversidade local, envolvendo estudantes e comunidade no processo.

Currículo e políticas públicas

Revisar o currículo escolar é uma exigência das leis brasileiras. A Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 determinam que a história e a cultura afro-brasileira e indígena sejam incorporadas aos currículos de todas as escolas públicas e privadas. O módulo discute como implementar essas leis de forma efetiva: quais conteúdos incluir, como trabalhar as datas comemorativas (como o Dia da Consciência Negra e o Dia dos Povos Indígenas), como evitar a folclorização e promover diálogos interdisciplinarmente. A reportagem da Fundação Telefônica Vivo sublinha que racismo é construção estrutural e que a formação do corpo docente e a revisão

do material didático-pedagógico são fundamentais para uma educação antirracista. Para tanto, analisa-se planos de aulas que valorizam a participação ativa dos estudantes, convidam familiares e lideranças comunitárias para compartilhar saberes e conectam temas raciais às disciplinas de ciências, matemática, artes e educação física.

São apresentadas também políticas afirmativas no âmbito educacional. Juarez Tadeu lembra que **assumir um compromisso ético de combate ao racismo exige revisitar bases pedagógicas e reinventá-las sob uma nova perspectiva**. Isso inclui estimular que escolas façam parcerias com organizações negras e indígenas, adotem recursos didáticos produzidos por autores não brancos e reconheçam a importância das cotas raciais no acesso ao ensino superior e na contratação de

professores. A discussão de políticas públicas demonstra que, embora leis existam, a implementação depende de vontade política, formação de professores e participação da comunidade.

Análise crítica de materiais

Uma parte prática do módulo consiste em **analisar textos, imagens e vídeos** para identificar estereótipos raciais e representações prejudiciais. Os participantes recebem trechos de livros didáticos e peças publicitárias e são convidados a responder: quais grupos estão representados? Como são descritos? Qual é a perspectiva da narrativa? Esse exercício ajuda a desenvolver um olhar crítico e prepara o grupo para produzir suas próprias intervenções criativas: produção de podcasts sobre heróis negros e indígenas, elaboração de quadrinhos

que retratem a diversidade de tons de pele e cabelos, ou reescrita de contos tradicionais sob um ponto de vista descolonizado.

Vozes e diálogos

O módulo enfatiza a importância de **escutar as vozes que historicamente foram silenciadas**. Isso se concretiza por meio de entrevistas com membros da comunidade afro-descendente e indígena local, de rodas de conversa com ex-alunos que enfrentaram racismo na escola, de debates com lideranças comunitárias e de participação em eventos culturais. A reportagem da Educação Integral lembra que as práticas de letramento racial e de gênero buscam estimular diagnósticos e a construção de caminhos para enfrentar práticas discriminatórias nos territórios. Para isso, é fundamental que estudantes e servidores compreendam que não

basta estudar teorias: é preciso dialogar com quem vive a realidade do racismo e construir soluções conjuntas.

Desafios e esperanças

O caminho para uma linguagem e uma cultura antirracista enfrenta desafios. Muitos educadores e gestores ainda se sentem inseguros ou acreditam que o currículo já está “neutro”. Outros resistem, temendo controversas políticas identitárias. Porém, as experiências bem-sucedidas mostram que as escolas que se engajam no letramento racial criam ambientes mais inclusivos, reduzem conflitos e promovem maior engajamento dos estudantes. A esperança mobilizadora mencionada por Paulo Freire, lembrada na pesquisa da Educação Integral, torna-se bússola para transformar a realidade:

reconhecer, valorizar e celebrar saberes, histórias, identidades e memórias da população negra africana e indígena permite que territórios inteiros se transformem.

Atividades do módulo

1. **Leitura crítica** das reportagens do *Estado de Minas* e da Fundação Telefônica Vivo para identificar concepções de linguagem e racismo.
2. **Análise de materiais didáticos** usados nas escolas dos participantes: identificação de representações raciais e proposta de complementações.
3. **Rodas de conversa** com estudantes, professores e servidores para compartilhar experiências de racismo e elaborar um

glossário de expressões a serem substituídas.

4. Atividade cultural: assistir a um filme ou documentário sugerido e elaborar uma resenha destacando como a produção audiovisual contribui para o letramento racial.

5. Produção criativa: elaboração de um projeto de intervenção cultural (podcast, vídeo, blog ou exposição) que valorize narrativas negras e indígenas.

Encerramento

Ao final deste módulo, os participantes terão desenvolvido um olhar crítico sobre a linguagem e a cultura, entendendo que não há neutralidade nos discursos e que a escola é um espaço central para construir novos significados. Eles compreenderão que **o letramento racial começa pela revisão do que se diz, se escreve e se ensina**, e que essa revisão exige coragem para abandonar velhas narrativas e acolher vozes diversas. Preparados com essas ferramentas, estarão aptos a avançar para o terceiro módulo, no qual transformarão esse conhecimento em planos de ação concretos para suas instituições e comunidades.

AVALIAÇÃO DO MÓDULO 2

ATIVIDADE OBRIGATÓRIA - FORMULÁRIO

- 1. Segundo Juarez Tadeu de Paula Xavier, como a linguagem contribui para a reprodução do racismo?**
 - A) Representando todas as culturas de forma igualitária
 - B) Replicando processos estruturais que reforçam a superioridade de um grupo sobre outro
 - C) Garantindo que apenas negros tenham voz
 - D) Tornando-se neutra e sem conotações sociais

- 2. Por que a revisão de currículos e materiais didáticos é fundamental para uma educação antirracista?**
 - A) Para atualizar informações sobre tecnologia
 - B) Porque livros antigos estão desatualizados
 - C) Para substituir conteúdos de ciências
 - D) Porque, sem incluir as histórias de povos negros e indígenas, perpetuam-se estereótipos e invisibilidade

- 3. As leis 10.639/03 e 11.645/08 determinam que:**
 - A) Somente escolas públicas ofereçam educação antirracista
 - B) Escolas incluam nos currículos a história e cultura afro-brasileira e indígena
 - C) Professores negros tenham carga horária extra
 - D) Literatura estrangeira seja priorizada

- 4. O conceito de microagressão refere-se a:**
 - A) Atos de violência física
 - B) Grandes protestos de rua
 - C) Comentários ou comportamentos sutis que reforçam discriminações
 - D) Políticas governamentais

5. **Por que as representações de crianças brancas em desenhos escolares também se relacionam com letramento racial?**
- A) Porque são mais fáceis de desenhar
 - B) Porque indicam como estereótipos são construídos e impactam a autoestima das crianças negras
 - C) Porque ilustram apenas a cultura europeia
 - D) Porque refletem uma preferência dos professores
6. **No contexto do letramento racial, “apropriação de gramática racial” significa:**
- A) Aprender novas línguas
 - B) Conhecer códigos e vocabulários para interpretar práticas racializadas
 - C) Ensinar a norma culta do português
 - D) Criar um idioma exclusivo para negros
7. **O mito da “neutralidade curricular” é problemático porque:**
- A) Afirma que não há racismo na sociedade
 - B) Presume que o conteúdo escolar é objetivo e sem perspectiva racial, mas oculta padrões brancos como universais
 - C) Reconhece a cultura negra
 - D) Refere-se apenas à neutralidade política
8. **Qual é o papel da comunidade escolar na construção de uma educação antirracista?**
- A) Observar as iniciativas sem participar
 - B) Ser convidada a ocupar o espaço escolar, compartilhar saberes e apoiar as práticas antirracistas
 - C) Financiar reformas no prédio
 - D) Escolher livros didáticos importados
9. **A produção de materiais de “letramento racial e de gênero” na pesquisa-ação citada visa:**
- A) Criar roteiros para filmes
 - B) Estimular diagnóstico, formação e construção de caminhos para enfrentar

práticas discriminatórias

C) Trocar todas as diretorias escolares

D) Promover um dia de festa étnica

10. Reconhecer professores como produtores de conhecimento significa:

A) Valorizar sua autonomia para construir um currículo antirracista que dialogue com a identidade da comunidade e do território

B) Delegar o planejamento curricular apenas aos gestores

C) Impedir que estudantes participem

D) Centralizar a produção de materiais em editais federais

Módulo 3 – Práticas antirracistas (8 h)



O terceiro módulo é voltado para a **aplicação prática** do letramento racial em escolas, repartições públicas e organizações privadas. Tomando como base os princípios do letramento racial e as discussões anteriores, os participantes são instados a formular **planos de**

ação que transformem o ambiente institucional. O módulo destaca que o enfrentamento do racismo não se limita a ações pontuais, mas requer processos contínuos de diagnóstico, monitoramento e avaliação; esses processos devem ser conduzidos pelos próprios sujeitos e contextualizados em cada território.

Gina Vieira e outros educadores lembram que estamos tentando desmantelar uma estrutura racista de 520 anos, e que esse trabalho precisa ser coletivo e diverso.

Assim, o módulo ensina a organizar **comissões de diversidade**, desenvolver protocolos de atendimento para denúncias de racismo ou violência de gênero e construir indicadores para medir o impacto das ações.

A aula aborda políticas institucionais como **cotas em concursos públicos**, programas de mentoria para servidores negros, incentivo à liderança feminina negra e prestação de contas sobre diversidade. Também reforça que a formação deve ocorrer em horário remunerado e de forma coletiva, conforme recomendam Gina Vieira e outros participantes da pesquisa-ação.

Para gestores escolares, discutem-se instrumentos de planejamento que incluam o letramento racial no projeto político-pedagógico, no regimento interno e no atendimento às famílias. Bergman de Paula Pereira, da Cidade Escola Aprendiz, levanta questões centrais: qual o papel da gestão escolar na promoção da equidade racial e de gênero? Como incorporar essas questões nas práticas curriculares? De que forma os estudantes são ouvidos?

Essas perguntas orientam a elaboração do plano de ação final.

O módulo incentiva a **formação de redes intersetoriais**, envolvendo sociedade civil, poder público e organizações comunitárias, para fortalecer a implementação das estratégias. Trabalha-se a importância de reconhecer potencialidades e não apenas desafios; Bergman ressalta que é necessário mobilizar a esperança proposta por Paulo Freire, valorizando saberes, histórias e identidades da diáspora africana para transformar territórios e indivíduos. Em paralelo, apresenta-se a ideia de accountability: instituições precisam prestar contas sobre a diversidade de seus quadros e resultados de suas ações. Analisam-se relatórios de empresas (como os dados divulgados na reportagem do *Estado de Minas*, que mostram

como uma empresa de fast-food certificou 21 mil funcionários em letramento racial e que 63 % do quadro se declara preto ou pardo para discutir boas práticas e limites.

A etapa final consiste na **elaboração de um projeto de intervenção**: cada grupo deve diagnosticar a situação de sua instituição, identificar prioridades, propor ações de curto e longo prazos e definir indicadores de avaliação. Os projetos são apresentados no ambiente virtual, debatidos coletivamente e avaliados pelos colegas e tutores.

AVALIAÇÃO DO MÓDULO 3

- 1. Segundo Gina Vieira, por que o letramento racial precisa ser coletivo e diverso?**
 - A) Porque cada pessoa deve agir sozinha
 - B) Porque a estrutura racista é histórica e o enfrentamento demanda colaboração de diferentes áreas e territórios
 - C) Porque a legislação exige
 - D) Porque reduz custos para as instituições
- 2. O diagnóstico participativo é importante porque:**
 - A) Permite que especialistas internacionais definam as soluções
 - B) Impede a participação da comunidade
 - C) Garante que as saídas de enfrentamento sejam construídas com quem vive a realidade e tenham legitimidade
 - D) Substitui a necessidade de avaliação
- 3. Na formulação de protocolos de atendimento a casos de racismo nas escolas, é fundamental:**
 - A) Priorizar a acolhida da vítima e estabelecer procedimentos claros para não aumentar as violências
 - B) Colocar o agressor em sala separada indefinidamente
 - C) Encaminhar todos os casos diretamente à polícia sem escuta
 - D) Divulgar os nomes dos envolvidos publicamente
- 4. Qual das alternativas expressa uma pergunta norteadora para gestores escolares sugerida por Bergman de Paula Pereira?**
 - A) Como melhorar a nota no ENEM?
 - B) Como promover a equidade racial e de gênero nas práticas curriculares
 - C) Quantos livros devem ser comprados
 - D) Quando aumentar a carga horária

5. **Por que o letramento racial deve ocorrer em horário remunerado?**
- A) Para incentivar a participação de professores e funcionários sem sobrecarga e reconhecer que a formação é parte do trabalho institucional
 - B) Para diminuir o tempo de lazer
 - C) Porque a lei obriga
 - D) Porque as aulas são noturnas
6. **O papel das ações afirmativas em instituições públicas e privadas inclui:**
- A) Penalizar funcionários que discutem raça
 - B) Criar programas que ampliem a presença de negros em cargos de liderança e garantir acompanhamento de resultados
 - C) Selecionar profissionais apenas por parentesco
 - D) Evitar divulgar estatísticas de diversidade
7. **O termo “esperançar”, usado por Bergman, remete:**
- A) À espera passiva
 - B) À mobilização de ação e engajamento para valorizar saberes, identidades e memórias da população negra e transformar territórios
 - C) À esperança de que o racismo acabará sozinho
 - D) A um movimento religioso
8. **Por que é importante envolver a comunidade no plano de ação antirracista?**
- A) Porque as pessoas de fora da escola não têm interesse
 - B) Porque amplia o senso de pertencimento e compartilha responsabilidades, fortalecendo as medidas adotadas
 - C) Para arrecadar fundos
 - D) Para substituir o papel da gestão
9. **Um relatório corporativo que informa que 63 % do quadro de funcionários se declara preto ou pardo e 37 % são mulheres serve para:**

- A) Demonstrar transparência e monitorar o impacto de programas de diversidade
- B) Divulgar segredos empresariais
- C) Selecionar funcionários pela cor
- D) Cumprir apenas exigências legais

10. O produto final do curso pede que cada grupo elabore:

- A) Um relatório sobre notas de alunos
- B) Um projeto de intervenção com diagnóstico, prioridades, ações e indicadores de avaliação
- C) Uma festa de integração
- D) Um resumo do livro didático

Considerações finais

Ao longo deste curso, procurou-se **apresentar diversas perspectivas** sobre o letramento racial. A definição proposta por France Winddance Twine e aprofundada por Lia Vainer Schucman salienta que o letramento racial consiste em um **conjunto de práticas que buscam desconstruir formas naturalizadas de pensamento e ação** acerca das relações raciais. O curso também mostrou que o racismo é estrutural e se manifesta tanto em políticas de Estado quanto em atitudes cotidianas; por isso, o enfrentamento deve ser coletivo, contínuo e articulado, envolvendo estudantes, docentes, técnicos, famílias e a comunidade.

As discussões sobre linguagem, cultura e educação demonstraram que **a escola é um espaço central** para a transformação. O

reconhecimento da branquitude, a crítica à neutralidade curricular, o uso de materiais didáticos diversificados e o diálogo com produções culturais negras e indígenas são caminhos para promover uma educação verdadeiramente antirracista. Finalmente, a elaboração de planos de ação institucionais permite que cada comunidade desenvolva estratégias de mudança adequadas à sua realidade, apoiada em diagnósticos participativos e no monitoramento constante de resultados.

Essa jornada formativa desafia os participantes a **olhar criticamente para a própria história e práticas** e a assumir responsabilidades no combate ao racismo. Ao concluir o curso, espera-se que estudantes, docentes e servidores estejam mais preparados para promover equidade e justiça racial em suas

instituições e em suas vidas, reconhecendo que o letramento racial não é um destino, mas um **processo contínuo de aprendizado, atuação e esperança.**

ANEXO- STORYTELLING EDUCATIVA



Letramento racial na prática escolar

Produzido por IA

A primeira vez que Mariana pisou na Escola Estadual Mar do Norte sentiu o peso do tempo preso nas paredes: cartazes desbotados, um mural de "diversidade" que mostrava só rostos brancos, e uma sala dos professores em que os sorrisos vinham antes dos silêncios. Era recém-formada, cheia de planos e perguntas. Na mochila, além de cadernos e giz colorido, ela carregava uma convicção: ensinar é também descolonizar.

Designada para lecionar Língua Portuguesa no 8º ano, Mariana percebeu logo no primeiro dia que os livros didáticos passavam ao largo de histórias negras e indígenas. “A escravidão acabou em 1888”, dizia um dos textos, com frieza, como se esse fosse um ponto final.

Mas para Mariana, que estudara as leis 10.639 e 11.645 na universidade e mergulhara na obra de Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo e Cida Bento, aquele ponto era, na verdade, o começo do apagamento.

Foi durante uma atividade sobre biografias que ela teve a ideia. Ao pedir aos alunos que escolhessem alguém para apresentar à turma, Mariana percebeu que todos, sem exceção, escolheram personalidades brancas. Nem um Zumbi, nem uma Carolina, nem um Abdias. Foi então que ela propôs: "Na próxima semana, vamos montar a exposição 'Heranças de Luta', com histórias de pessoas negras e indígenas que mudaram o mundo".

A proposta causou estranhamento. Alguns alunos zombaram. Uma colega a advertiu com um sussurro: “Aqui ninguém mexe com essas coisas. Pode dar problema.” Mas Mariana sorriu. Sabia que onde há resistência, há um campo fértil.

No corredor da escola, uma placa dizia: “Educar é preparar para a vida.” Ela pensou: mas qual vida? E para quem?.

Com apoio de poucas aliadas — a merendeira Dona Zuleide e a bibliotecária Patrícia — Mariana deu o primeiro passo. E assim, sem saber, começou a despertar memórias adormecidas, questionar silêncios históricos e provocar a escola a se olhar no espelho.

Na semana seguinte, Mariana chegou mais cedo e espalhou cartazes pelo pátio com frases de Angela Davis, Lélia Gonzalez e Ailton Krenak. “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, dizia uma delas. Os alunos liam de relance, alguns riam, outros tiravam fotos às escondidas.

Na sala de aula, ela começou perguntando:

— Alguém aqui já se sentiu julgado pela cor da pele?

Silêncio.

Após alguns segundos, uma mão tímida se levantou. Era Natan, aluno de tranças e olhar firme.

— Teve uma vez que disseram que eu não podia ser líder de turma porque ‘parecia marginal’.



O murmurinho que se seguiu foi interrompido por Mariana:

— Obrigada por compartilhar, Natan. É exatamente sobre isso que precisamos falar.

A proposta da exposição “Heranças de Luta” virou um projeto interdisciplinar. Patrícia, a bibliotecária, disponibilizou livros de autores negros e indígenas. Dona Zuleide trouxe recortes de jornais antigos com histórias da resistência quilombola na região. Mariana ensinou os alunos a identificar estereótipos raciais em notícias e propagandas — muitos se chocaram ao perceber como o preconceito estava normalizado ao seu redor.

Mas com a visibilidade vieram os conflitos. A vice-diretora, em tom diplomático, pediu para Mariana “equilibrar” os exemplos, incluindo figuras brancas, “para não gerar divisão”.

— A proposta é promover reparação e visibilidade. Não exclusão, — Mariana respondeu.



Dias depois, um grupo de pais protocolou uma reclamação. Diziam que a professora estava “politizando demais” a escola. Os sussurros viraram murmúrios.

Mariana começou a ser evitada na sala dos professores. Mas ela resistiu — amparada pelos documentos oficiais que a sustentavam: as Leis 10.639 e 11.645, os princípios da educação antirracista, e, acima de tudo, a verdade dos seus alunos.

Foi quando algo inesperado aconteceu.

Laura, uma das alunas mais populares da escola — loira, filha de comerciante — pediu para apresentar sua pesquisa sobre Sueli Carneiro.

— Eu sempre achei que racismo não me dizia respeito. Mas agora vejo que o silêncio também machuca. Quero usar minha voz de um jeito diferente.

Mariana não conteve o sorriso. Ela sabia que o letramento racial não era um conteúdo. Era um despertar.

Na penúltima semana do projeto, cada grupo escolheu uma forma de expressão: houve podcast, grafite, peça teatral e até um desfile com roupas inspiradas na estética afro-brasileira e indígena.



A escola, acostumada com as mesmas datas comemorativas, agora se via colorida por vozes que antes ecoavam apenas nos cantos.

Ao fundo, na sala dos professores, alguns ainda torciam o nariz. Mas ali, no meio do pátio, era impossível ignorar o que acontecia. A escola estava sendo atravessada por um processo profundo: de autoescuta, de reconhecimento, de cura.

Mariana, com lágrimas nos olhos, entendeu que o espelho que havia trazido para os alunos era, na verdade, um reflexo que ela mesma precisava. Naquelas vozes, encontrava partes de si que também haviam sido silenciadas por anos.

O céu estava limpo, o sol firme, como se até ele tivesse sido convocado para aquele dia. A quadra da Escola Mar do Norte foi transformada num grande corredor da memória.

Painéis de papelão reciclado, cores vibrantes, textos manuscritos e fotografias cobriam as paredes. A entrada era marcada por uma faixa feita pelos próprios alunos: “Heranças de Luta – Vidas Negras e Indígenas Importam”.

Os pais começaram a chegar, seguidos por representantes da Secretaria de Educação e até a imprensa local. Muitos vinham com curiosidade; outros, com desconfiança.

Mas bastava entrar para que os olhos se arregalassem: ali, estavam retratadas histórias como a de Dandara dos Palmares, Marielle Franco, Sepé Tiaraju, Antonieta de Barros, Carlos Marighella — vozes que ecoavam mesmo em ausência física.

Laura apresentou sua pesquisa sobre Sueli Carneiro com eloquência. Natan narrou sua poesia sobre a dor de ser julgado por um capuz. Um grupo dramatizou a chegada de uma criança indígena à cidade, trazendo à tona os preconceitos camuflados no cotidiano. A plateia silenciava, sorria, chorava.

Mas o momento mais poderoso foi quando Dona Zuleide subiu ao palco improvisado com um microfone na mão.

— Eu trabalho aqui há vinte e cinco anos. Hoje é a primeira vez que vejo nossos meninos falando de si com orgulho. Isso aqui, meus filhos... isso aqui é libertação.

O silêncio que se seguiu foi interrompido por uma salva de palmas que durou minutos. Foi como se a escola, naquele instante, tivesse descoberto uma nova linguagem — não a do currículo engessado, mas a da identidade reconhecida.

Mariana, no fundo da quadra, observava tudo com um misto de alívio e emoção. Ela sabia que não tinha apenas conduzido um projeto pedagógico. Tinha acendido uma chama. E agora, essa chama era de todos.

Os dias seguintes à exposição foram marcados por um silêncio diferente na Escola Mar do Norte — não o silêncio da omissão, mas o da reflexão. Professores antes relutantes começaram a procurar Mariana em particular, perguntando como poderiam abordar temas raciais em suas disciplinas. A diretora sugeriu a criação de um núcleo permanente de estudos étnico-raciais. E, pela primeira vez, a palavra “currículo” parecia conter não só conteúdos, mas consciência.

Na sala de aula, os alunos ainda falavam da exposição como quem revive algo precioso. Natan passou a liderar rodas de conversa sobre racismo estrutural. Laura propôs uma campanha digital para valorizar nomes africanos e indígenas.

Maria Clara, que antes dizia “isso não é pra mim”, agora dizia que queria cursar História para “escrever direito o que sempre contaram torto”.

Mariana, em casa, organizava os registros do projeto. Separava fotos, textos e áudios para montar um dossiê pedagógico. Ao rever as imagens, se deparou com a que mais a tocava: os olhos de Yasmin brilhando enquanto lia em voz alta o poema que escrevera para sua avó, uma mulher preta que lavou roupas a vida inteira, mas nunca teve sua história contada. Na legenda da foto, Mariana escreveu: “Quando o espelho vira janela, a gente não vê mais só a si. Vê o mundo, e decide mudá-lo.”

O projeto “Heranças de Luta” foi incluído como exemplo de prática inspiradora na rede municipal. Mas mais importante que o reconhecimento foi o movimento que ele gerou. Como diz a cartilha antirracista: “Todos temos um lugar de fala, mas é preciso também ter um lugar de escuta”.

Mariana seguiu em frente. Continuou lecionando, errando, aprendendo. Mas deixou naquela escola algo que ninguém mais poderia apagar: a semente do letramento racial vivo — aquele que reconhece, escuta, transforma e ressignifica.

A quadra da escola, agora com o mural permanente dos “Heróis Invisíveis”, virou ponto de referência no bairro. E, quem passasse por ali, talvez ouvisse uma criança dizer:

— É aqui que a gente aprende a não ter vergonha da própria cor.



